



ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.

CNPJ nº 14.929.924/0001-81

Relatório Anual da Administração

Aos acionistas: A Administração da ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A Companhia:** A ETSE - Empresa de

Transmissão Serrana S.A. tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades ou empreendimentos na qualidade de quotista ou acionista, parceiro em joint venture ou membro de consórcio, observados os limites do seu objeto social.

Sistema de transmissão: O sistema da ETSE integrará a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil

estabelecido pelo International Accounting Standards Boards – IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	31/12/14	31/12/13
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	16.119	2.570
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Juros e variação monetária	2.738	—
	18.857	2.570
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber ativo financeiro	(104.444)	(65.949)
Impostos a recuperar	(102)	(318)
Adiantamentos a fornecedores	—	7.009
Estoques	(3)	—
Devedores diversos	(2.433)	(7)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	1.427	3.251
Tributos e contribuições sociais pagos	119	277
Credores diversos	657	565
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(85.922)	(52.602)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.800	—
Aplicações no intangível	(28)	—
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	21.772	—
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	—	49.612
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	115.314	8.872
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(50.121)	—
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	65.193	58.484
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.043	5.882
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.935	53
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6.978	5.935
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.043	5.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Balanço Patrimonial

31 de Dezembro de 2014 e 2013

	31/12/14	31/12/13		31/12/14	31/12/13
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.978	Empréstimos e financiamentos	8	6.152
Contas a receber ativo financeiro	7	17.267	Fornecedores	9	4.734
Impostos a recuperar	6	420	Tributos e contribuições sociais a recolher	9	405
Estoques	—	3	Outras contas a pagar	—	1.229
Outras contas a receber	—	7		12	21.800
	2.440	—		—	97.834
	27.108	6.260	Não circulante		
Não circulante			Empréstimos e financiamentos	8	70.651
Contas a receber ativo financeiro	7	157.495	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	5.383
Intangíveis	—	29	Adiantamento para futuro aumento de capital	12	21.800
	—	157.524		—	97.834
	—	70.318		—	2.136
	—	—	Patrimônio líquido		
	—	—	Capital social	—	60.893
	—	—	Reservas de lucro	—	13.385
	—	—		—	513
	—	—	Total do patrimônio líquido	11	74.278
	—	—	Total do passivo e patrimônio líquido	11	184.632
	—	—		—	76.579
Total do ativo	184.632	76.579			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.161	—	—	(45)	2.116
Aumento de capital	58.732	—	—	—	58.732
Lucro líquido do exercício	—	—	—	558	558
Destinação proposta à AGO	—	—	513	(513)	—
Reserva de lucro do exercício	—	—	513	—	61.406
Saldos em 31 de dezembro de 2013	60.893	—	(28)	—	—
Reserva legal	—	28	—	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	12.872	12.872
Destinação proposta à AGO	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	644	—	(644)	—
Reserva de lucro do exercício	—	—	12.228	(12.228)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2014	11 60.893	672	12.713	—	74.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. (a "Companhia" ou "ETSE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 28 de dezembro de 2011 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua das Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala J - São Paulo - SP. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/2012	30	2042	16.790	IPCA

(*) A RAP informada está em conformidade com a Resolução Homologatória ANEEL 1.756/2014. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 17.426.

Em janeiro de 2015, ocorreu o início das operações comerciais de, aproximadamente, 70% da RAP da ETSE. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa "Contas a receber - ativos financeiros".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 03 de março de 2015. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pela *International Accounting Standards Board - (IASB)*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados em "valor justo por meio do resultado", enquanto Contas a receber - ativo financeiro como "recebíveis". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Contratos de concessão:** De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo

de ativo financeiro. **3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativo:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.7. Provisões para litígios:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente. **3.8. Tributações:** 3.8.1. **Impostos sobre a receita:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%; 3.8.2. **Imposto de renda e contribuição social:** • Correntes: A companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido. • Diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.9. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.10. Reconhecimento da receita: A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. A ETSE reconhece as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma: 3.10.1. **Receitas de implantação de infraestrutura:** A ETSE abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase. 3.10.2. **Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. 3.10.3. **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, onde essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. 3.10.4. **Receitas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.11. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, requeridos para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Estas normas adotadas pela primeira vez não causaram impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

Demonstração do Resultado do Exercício

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	31/12/14	31/12/13
Receita operacional líquida	13 104.444	65.949
Custo operacional		
Custo de implantação de infraestrutura	(88.325)	(63.379)
Lucro bruto, Lucro antes das despesas e receitas financeiras e antes da CSLL e IR	16.119	2.570
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 (3.247)	(2.012)
Lucro líquido do exercício	12.872	558
Lucro por ação - R\$	0,21	0,01
Quantidade de ações ao final do exercício (Lote de mil)	60.893	60.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	31/12/14	31/12/13
Lucro líquido do exercício	12.872	558
Outros resultados abrangentes	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	12.872	558

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/14	31/12/13
Caixa e Bancos	70	36
Aplicações financeiras	6.908	5.899
	6.978	5.935

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 90,00% do CDI em 31 de Dezembro de 2014, (98,50% do CDI em 31 de dezembro de 2013), possuem liquidez imediata com vencimento na data do balanço patrimonial igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/14	31/12/13
Imposto de renda retido na fonte	—	—
Outros	420	316
	—	2
	420	318

7. CONTAS A RECEBER - ATIVO FINANCEIRO

	31/12/14	31/12/13
A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ETSE e, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2014:		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.369	2.570
Receita de Remuneração dos ativos da concessão	63.379	—
Receita de implantação de infraestrutura	70.318	—
Saldo em 31 de dezembro de 2013	70.318	2.570
Receita de Remuneração dos ativos da concessão	16.119	88.325
Receita de implantação de infraestrutura	17.267	—
Saldo em 31 de dezembro de 2014	174.762	174.762
Contas a receber ativo financeiro - circulante	157.495	—
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	17.267	—
Total circulante e não circulante	174.762	174.762

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que representa potencial de geração de receita adicional.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/14	31/12/13			
	Circulante	Não circulante			
	Encargos	Principal	Principal	Total	Total
Itaú	—	—	—	—	8.872
BNDES subcrédito A	320	1.749	38.720	40.789	—
BNDES Finame	50	4.033	31.931	36.014	—
	370	5.782	70.651	76.803	8.872

Em Dezembro de 2013 ETSE assinou contrato com o BNDES para liberação de recursos no montante de R\$ 74.764 divididos em subcrédito A R\$ 38.982 com encargos correspondentes a TJLP mais 2,02% ao ano e término do contrato em Novembro de 2028 (162 parcelas) com data inicial de amortização em 15.06.2015; subcrédito Finame R\$ 35.782 com encargos fixos de 3,5% ao ano e término do contrato em Novembro de 2023 (108 parcelas) com data inicial de amortização em 15.12.2014. Do total R\$ 22.474 foram liberados no 1º trimestre de 2014 e foram utilizados para efetuar a quitação do empréstimo-ponte junto ao banco Itaú, R\$ 29.500 foram liberados no 2º trimestre de 2014, R\$ 9.726 foram liberados no 3º trimestre de 2014 e R\$ 13.064 foram liberados no 4º trimestre de 2014. As cláusulas restritivas da ETSE estão relacionadas ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), de no mínimo 1,30, ao longo do prazo de amortização. Os contratos com o BNDES exigem a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2014, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
	7.031	7.031	7.031	7.031	7.031	35.496
	—	—	—	—	—	70.651

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/14	31/12/13
Passivo circulante		
Imposto Retido na Fonte - IRRF	13	6
ISS - serviço de terceiros	210	148
ICMS	7	2
Outros	175	130
	405	286

Passivo não circulante

IRPJ e CSLL Diferidos (a)	5.383	2.136
---------------------------	--------------	--------------

Contador:

Claudio Luiz Pinto de Barros - CRC 1SP195071/0-4

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. - São Paulo - SP. **Introdução:** Examinamos as demonstrações contábeis da ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para